

Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora

AMARÍLIS TUPIASSÚ

Amazônia mítica e Amazônia real

NOTICIÁRIO DE 18 de janeiro de 2005 informa que o presidente Lula restabelece o antigo Projeto Rondon. Criado em 1967, tal projeto “foi usado, durante 22 anos, para envolver estudantes universitários na assistência a cidades distantes, não beneficiadas por *qualquer programa governamental*”¹. Duzentos estudantes universitários e professores do Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais o integram, como o primeiro grupo nessa nova versão, para *percorrer* os 850 metros da floresta Amazônica que abrangem treze lugarejos. Para o amazônida, pelo menos, as notícias sobre a chegada desse grupo a Manaus são, no mínimo, engraçadas. Alguns trechos: “Os estudantes sentiram o calor e também não largaram o repelente contra os mosquitos”; aliás, “não economizaram protetor solar e repelentes”. Uma estudante de Minas diz precisar de “um capacete de construção civil para não se machucar nos espinhos de tucum”; outra reclama: “Aqui é muito quente; parece que estou num *show* de axé em Salvador”, enquanto o coordenador do grupo, o general Gilberto Arantes Barbosa, afirma textualmente e eu destaco: “*Na verdade, os estudantes estão muito animados, parece que estão descobrindo um outro planeta*”².

Como se vê, ao entendimento que se expande do reduto das decisões, Amazônia e paliativo se conjugam. A Amazônia dos excessos há tanto explorada com parques proveitos a si. Obstante uma Amazônia não mítica, povoada por legiões de brasileiros muito pobres e que guarda na cultura, na fisionomia e na intimidade com os elementos da floresta, a memória viva do índio ancestral, hoje o quase índio ou quase nada, o errante dos lugarejos encravados no íntimo da mata, em margens sem registro em nenhuma carta, nas beiras de rios, igarapés; ontem destribalizado com violência, deculturado, hoje o desgarrado, a pairar num tempo sem calendas, a gente dos entrançados de verdes e águas, caudais do superlativíssimo rio Amazonas. É esta Amazônia da escassez que convive com o *el dorado* real, de fauna, flora, riqueza, cujas contas do inventário jamais se fecharam.

Só para lembrar: maior bacia hidrográfica do planeta com 6,3 milhões de km². Águas brancas, translúcidas, turvas e negras, viveiro de três mil espécies de

peixes, 85% das espécies da América do Sul. Numa só planta os cientistas contaram oitenta espécies de formigas. Torrentes de água doce; 20% de toda a água doce contida no planeta. Apesar dessa estatística, a imagem de “outro planeta” perdura e arregimenta sentidos de estranheza, contrariedade, alguns antigos, desbotados e ainda em voga, desde as incursões do europeu colonizador. Amazônia, terra do sem fim e do sem termo. Bojo de fartura e esquisitices. Representação do inóspito e do hostil, concluem os que a espreitam de fora, os que não se sentem parte de, o adventício passageiro, o casual, que não compartilha verdadeiramente de, desde as andanças remotas do que se determinou o civilizador e dispôs as tramas do poder para submeter sua população e lusitanizá-la, sob as bênçãos do bem, na perspectiva da moral cristã, dona do sim e do não, contra o mal, cuja encarnação eram os índios. Transformar, firmar e expandir os atributos dessa cristandade eram as palavras de ordem. Em seu nome, deflagravam-se intentos indissociáveis de escravizar, suprimir, reduzir os muitos à conformação de um único cânone de experiência e ponto final.

Amazônia não mítica. Antes, ricas extensões de área costeira banhada por águas salgadas. Oceanos também de águas doces, declinada em todas as conjugações, mesmo as anômalas, fluindo, tantas, em pretérito imperfeito e num gerúndio no timbre imperativo e pervertido das ações que ainda se desenrolam nas inconjugações do curso da História. Minas, minérios à pele da terra, pepitas de ouro a granel, carradas de gemas à flor do chão. Diziam que era só pegar. Em ouro até os grampos dos cabelos das mamelucas do Baixo-Amazonas, diziam. Tanto o muito e o novo, que era custoso nomear. Criaram o nheengatu, uma língua geral para o saque das valias do litoral. Forjaram torções, prestidigitações verbais para dizer as ocorrências, algumas iguais às do início de tudo, às de Caminha, por exemplo, que designou como “bico de osso” o botoque índio, alusão sub-reptícia à feiúra e à animalidade daquelas criaturas horrendas, é o que proferem as crônicas.

Na Amazônia, mais que em outras plagas, um rio é e não é só um rio, podendo infundir-se em um paraná, um igarapé, lago ou lagoa já sob influência das voragens atlânticas. Bem ali, em vertentes próximas, a residência de um olho d’água ou muitos e basta uma cava para brotar água boa de beber. E já se divisa numa dobra de rio (ou são fraldas do oceano?) a ilha máxima, uma costa comandada pelo regime de um rio, como se a ilha tivesse nascido justo lá para servir de anteparo ao mar (que este é o significado tupi de Marajó), enquanto a outra costa se despeja para as vastidões do mar. Mais ali, imiscuindo-se, escoando-se pelas veias da floresta – e haja metáforas em analogia com o corpo humano como a deixar gravado, na inconsciência consciente dos fatos, que o rio e a floresta são organismos vivos – pontas, joelhos, cotovelos, braços, pernas, olhos, bocas, bocainas, gargantas de rios em grandíssimo porte ou a modo de pequeníssimos riscos aquosos, mas incisivos, porque perenes, alagando a mata anfíbia, quando a teimosia dos ciclos logo-logo devolve a terra à secura ou aos outros humores mais secos da umidade. Nos leitos molhados e enxutos, muito chão até hoje

ignoto, indevassável. Para o colonizador de outrora – e de hoje – apesar do intrincado, nenhuma dificuldade à possessão. Ocupá-la, reinventá-la às custas da desfiguração e do apagamento de sua anterioridade milenar não foi fato contingente e acidental. Organizaram-se esquemas, estratégias, ao cumprimento de um projeto cultural, político e econômico acionado e supervisionado com mãos de ferro pelo Portugal expansionista.

Clarear esse panorama, desdobrar uma cartografia de opulência, descortinar as curvas do solo de miséria, remontar seus fragmentos, recolher seus retalhos, vogando avulsos pelas idades, revela os termos do *encontro* entre europeu e índio e serve para um inventário de temáticas literárias.

As sublinhas falantes das crônicas coloniais

Pensar a literatura feita na Amazônia pede o exame, ainda que de raspão, como nos sobrevôos deste escrito, sobre os movimentos do colonizador. Desde o século XV, relatos e mais relatos foram lavrados pelos seus cronistas, homens de profusa palavra, e por não contemplativos missionários, homens de escrita brilhante, todos ciosos em eternizar os trâmites da dominação, o pasmo, o alumbamento, o gabo triunfalista, o horror ante a outra gente. Sobre os índios, são muitas as desrazões que circulam nas crônicas. A do primeiro governador do Brasil ecoa como um emblema do malfeito. Tomé de Sousa dizia que eram tantos, mas tantos, os índios “que ainda que os cortassem em açougue nunca faltariam”³. Isto dito sem que pudesse imaginar as multidões de tribos espalhadas pelas entranhas da floresta amazônica.

Vale a pena esse olhar em retro, porque sob aquela Amazônia afundou o mundo dos índios e a partir dali se estabeleceram muitas temáticas reiteradas na literatura de depois. As crônicas foram além da auto-exaltação. Os cronistas não atentaram para a força das zonas subliminares da palavra e quando imprimiam o foco sobre seus *grandes feitos* ancoravam graves sentidos. De tal modo que junto com as falas que desdobram o extermínio, afloram, nas entrelinhas, as cenas de resistência do dominado, o que desmente a idéia de passividade do índio face ao desmantelamento de seu universo. Abro parênteses para apresentar duas passagens escritas pelo jesuíta Felipe Bettendorff. Na primeira, representa-se um suicídio coletivo, legítima ilustração para uma legenda que ressoa nos movimentos de libertação dos povos de hoje e nos hinos nacionais que conclamam à Independência e à liberdade custe o que custar. Até a vida, se necessário. O segundo desenha um quadro de incrível resistência, o salto à liberdade, mesmo que a têmpera, o fio da lâmina se extraia de um casual e mero tição. E, observe-se, do reduzido de dois breves fragmentos, correm efusões interlineares que subscrevem a demonização dos *bárbaros*, a idéia de desqualificação tão repetida talvez sem exceção pelos colonizadores e que mesmo hoje faz eco na angulação suspicaz que, não com raridade, projeta-se do olhar que espreita do lado de baixo do mapa do Brasil para a banda de cima e tende ao descrédito, à busca do excepcional, do estranho, exótico, coisas e gentes de outro *planeta*. Eis os excertos:

O gentio [da tribo] Aruaquiz é trabalhador e mui impaciente de captivo e sujeição, tanto que se resolveram alguns que tomaram em guerra os portugueses a tomar peçonha para morrerem, por mais conveniencia, do que virem a ser escravos dos brancos. Esta prática imprimio o demônio tanto em seus corações, que raríssimo é o dos que trouxeram ao Pará [Belém] que escapasse com vida⁴.

Depois de algumas mortes, captivaram quinhentos índios, entre homens e mulheres, os quaes, vindo do sertão [mato] para o Pará [Belém] a vender-se, levantaram-se pelo caminho contra os soldados que os traziam prisioneiros, matando muitos deles e fugiram por esses matos; este Prelado sobredito se resolveu também a vir atrás com outra canoa de escravos [...] eis que subitamente [...] uma india velha que também trazia por escrava, [...] se foi chegando a elle com um tição de fogo em a mão, e à vista de todos deu com elle uma pancada, com tanto ímpeto e força sobre a cabeça do religioso que parecia guiada por outra mão e elle logo cahio morto sem poder mais fallar, nem pronunciar uma só palavra. Com esta ação inopinada [...] os índios [...] se voltaram rio acima com a india que os capitaneava. [...] os mais soldados e índios christãos se puzeram em fugida [...] e a velha, com o tição de fogo em a mão, que foi o instrumento de sua victoria, capitaneou os bárbaros rio das Amazonas acima para suas aldeias⁵.

Muito da ficção e da poesia que se produziu a partir do século XIX, sobretudo nos estados do Pará e Amazonas – sobre as quais mais me reporto agora – deixam entrever a Amazônia que restou àquelas investidas, uma Amazônia usurpada, que prossegue até hoje seu curso de degradação, que se mantém ao largo de programas governamentais consequentes e de projetos consistentes de salvação do que urge livrar às novas sanhas colonizadoras.

De fato, depois de finda a primeira colonização, a Amazônia continuou seu trajeto de região açulada pela antiqüíssima ganância, agora sob novas impostações retóricas, outro domínio, exímio em manipular não mais “la pólvora y arcabuces y ballestas”⁶ de Orellana, Carvajal, Acuña e outros, e sim armas sorrateiras, silenciosas, mas muito mais letais, potencializadas por agentes *civilizatórios* que nem precisam de corporificação para gerar e multiplicar as novas facetas da antiga dizimação, agora por via da morte devagar sob o desalento da miséria imposta sobre uma população errante, sem peso, sem prumo, sem voz.

As amazônias das fronteiras flutuantes

Margear a Hiléia que restou, no entanto, não é uma tarefa simples. Às vezes chega a ser acabrunhante tomar pé em seu leito movediço, tantas foram e continuam sendo as intervenções que não diminuem as estatísticas sobre a miséria, de sempre, na Amazônia real. É difícil, para começar, circunscrever aquela de que se pretende um enquadramento literário, mesmo que igual ao de agora, em escala de macrovisão.

Senão, vejamos. No início de tudo, depois das reviravoltas do batismo, o infinito *descoberto* foi só um colosso chamado Brasil. Para salvaguardar a posse, a

política colonial portuguesa, em 13 de junho de 1621, dividiu-a em dois pedaços ainda gigantescos, o estado do Brasil, quase que da metade para baixo do mapa e, da metade para cima, o estado do Maranhão e Grão-Pará sediado em São Luís, submetido a ordens diretas de Portugal. O último estado abrangia, subindo Noroeste, Nordeste, Norte, o território ocupado hoje pelos estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e parte do Mato Grosso e de Tocantins. Em 1751, inverte-se a centralização do mando, quando se institui o estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. No ano de 1772, determina-se a criação do estado do Grão-Pará e Rio Negro, o anteato da criação do futuro estado do Amazonas.

Ou seja, vagueza e mobilidade sempre se impuseram à delimitação dos espaços da floresta. Exatamente agora tramitam pelas altas câmaras de decisão do Brasil projetos de retalhamento dos estados da Amazônia. (ver Mapa proposto à divisão do Pará) Esse vezo de dividir não repercute como estranheza neste Brasil de desconcertos. Trata-se do antigo afã cobiçoso de políticos, céleres na corrida por abocanhar mais espaço, mais poder e rentosas governanças. O triste é que esses arroubos acontecem à revelia e a contra maré de um organismo multinacional, a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação dos Países Amazônicos), com sede em Brasília, que trabalha pela união e por decisões compartilhadas, com vistas ao fortalecimento de uma Pan-Amazônia de verdade, capacitada a desenvolver acordos de cooperação científica, cultural e econômica.

Além do mais, as cartas de hoje assinalam a Amazônia brasileira de conformação geopolítica, ao Norte, formada por sete estados, a saber, Pará, Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins. Este último, desmembrado do estado de Goiás, resultando mais de decisão política, pois, por lógica geográfica, estaria mais à vontade na região central ou no nordeste do Brasil. Paralelamente a esta, existe a Amazônia legal abarcando os sete estados amazônicos e também o norte de Mato Grosso e o noroeste do Maranhão. Há ainda a Pan-Amazônia, de que fazem parte as nove unidades da Amazônia legal e também, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. E tem mais: encravada no território geográfico da Amazônia, encontra-se a Guiana Francesa, regida pelas decisões políticas da República Francesa. Mesmo não fazendo parte da OTCA, nem sendo, ao rigor das leis e não geográfico, um território das amazônias, são cada vez mais freqüentes os intercâmbios entre o estado do Pará e a Guiana Francesa, uma mostra de que as vontades políticas muitas vezes não coincidem com as razões geográficas quando se trata da Amazônia.

Daí a hesitação sobre qual enfocar quando se pretende compreender o acontecimento literário amazônico. É mais uma dificuldade. Os estados da Amazônia brasileira, da Pan-Amazônia, dada a grandeza territorial, vivem cada um as travas de seu isolamento, com certa exceção de Pará e Amazonas, que compartilham mais a miúdo de experiências e reflexões sobre sua escrita artística. Ações de romper isolamento: há oito anos, o estado do Pará instituiu sua Feira Pan-

Mapa proposto para a divisão do Pará



Fonte: O Liberal, 2003.

Amazônica do Livro, a terceira maior do Brasil em visitação e comércio livreiro, que empenha esforços para fazer avançar uma política de agregação, discussão e compreensão de uma pan-Amazônia literária. Em oitava versão no ano de 2004, rende resultados quanto ao incentivo à leitura, à discussão e valorização dos escritores da Pan-Amazônia que é possível reunir.

Marcos centrais da Amazônia literária

Apesar do difuso, repartido e isolado, é possível definir, sim, uma Amazônia literária, porque, quando se diz Amazônia, não se pode fugir às referências que conferem marcações de identidade à região inteira. É claro que opero uma circunscrição por ora não literária, porque o trato da literatura pede uma definição quanto a tempo-espacialidade. Daí os condutos à Amazônia histórica e geopolítica, pois quem profere a palavra Amazônia ilumina logo na idéia a enormidade da bacia hidrográfica do rio máximo, seus veios, entrâncias e reentrâncias, barrancas, cataratas, corredeiras, pântanos, várzeas etc., tudo coberto e entremeado pela maior floresta tropical do Planeta. Quem diz Amazônia enuncia incríveis padrões de riqueza, mas também o local de inacreditável concentração de miséria humana e social, penúria e mais penúria de uma gente de cor predominantemente amarronzada, a fisionomia de índio, índio com traços de branco, índio com traços de negro, memória viva da ação do colonizador europeu que aportou nesses plainos e foi logo tratando de apagar o que pudesse da vida indígena para pôr a prosperar o império lusitano. Como se viu, o europeu veio e repartiu a seu contento a floresta. Mas ainda assim acabou prevalecendo a verdade do poema seiscentista: “O todo sem parte não é todo./A parte sem o todo não é parte”. A assertiva conta. Conta quando se considera o rio e o sistema aquoso que implanta, conjugado à floresta e seu emaranhado, a água e a mata (a parte ainda não devastada) dominando tudo.

De modo que rio e floresta particularizam o todo e as suas partes. Rio e floresta compreendidos como acúmulo de toda a beleza e de toda a fealdade, o bem máximo e o dito mal excessivo, este, do ponto de vista do forasteiro, não do índio que deteve a sabedoria, milenar, de conviver em harmonia com as particularidades de seu mundo, as quais podem ser sintetizadas a partir do tórrido-úmido climático, das macro e micro-espécies ao abrigo da selva, das magnas distâncias ponteadas de água infinita, da quentura úmida, abafada, irrigada por infinitas chuvas que, cabe dizer, assombravam e foram descritas à exaustão pelos naturalistas estrangeiros.

Depois, afora os índios que restaram, os grupamentos humanos que se sucederam ressentiram-se daquelas condições ambientais específicas, muito mais porque o abandono e os desvios políticos, sendo avassaladores, agravaram e agravavam as dificuldades e a indigência dos que já não sabiam tanto da lida com as manchas da floresta e com as curas das matas, mormente onde os lances da miséria mais aguda vão acima da possibilidade de um pouco mais de sobrevivência, não só nos recantos belos e miseráveis da floresta, mas até nas cidades para onde ocorre muita pobreza das matas.

Essa Amazônia tomada em magnitude de beleza, predação e falta é nutriente substancial da literatura. É evidente que a partir da Amazônia do Novecento finissecular frutifica uma semente afeita às grandes e intemporais questões do ser, às suas interrogações essenciais. E não se queira concluir que uma escrita de

estofo mais amazônico se estabeleça sempre como averbação “ao beco que não sai do beco e se contenta com o beco”⁷ da frase precisa de Mário de Andrade dita como recusa a um regionalismo redutor, discussão que nem convém eriçar por ora, a do regionalismo e regionalismos, porque sempre rende pano para mangas onde venha à tona.

O certo é que atravessa a Amazônia um texto literário voltado para os seres e as coisas da região, talvez inspirado pelo impressionismo desse mundo, pela grandiosidade da natureza, assim como pelo sentimento de pequenez do ser humano ao impacto da exuberância circundante. Esse acervo nasce sob a cunha da notação referencial, regional, histórica e pode disseminar uma tonalidade crítica que expressa recusa e desejo de superação de conflitos sociais. Preso ao presente, assedia a memória, para recuperar um antes suprimido. Do ponto de vista do *valor* estético, muito, muitíssimo do conjunto assim formulado peca e falha por limitar-se a uma concepção artística que se resume à *reprodução natural* ou trivial ou automática, subtraindo da palavra artística seu estatuto de *construção verbal*, lida verbal que, presa a um espaço definido e ao tempo histórico, a uma verdade, a uma experiência precisa, excede essa referência e manifesta-se como trabalho, processo, embate, coisa de palavra que, contida em si, abre-se a outros horizontes sempre que entregue ao toque da leitura não ingênua, não inocente, que a revele em todos os seus sentidos, em todos os seus possíveis atemporais e aespaciais. Mas, paralelamente a esse, atesta-se a presença também de um outro acervo, cuja forja são os reclamos de motivações mais plurais, sem que se perca de vista o fato de existir a Amazônia com suas facetas diferenciadoras. Um exemplo é o poema *Ver-o-Peso*, do paraense Max Martins. Aí se tensionam, se inter cruzam as *lâminas* argüidas por Ezra Pound à exigência de tomar-se um texto artístico como um complexo significativo⁸ de falas dispostas como se em ondas que se reiteram, se conflitam, se alargam como mirante simbólico do eu, nós, tu, o outro, os sujeitos das redes de relações lingüístico-sociais.

No poema *Ver-o-Peso*, a começar pelo título, sobrevêm as visões de uma Amazônia datada, nomeada, um dos mais reproduzidos cartões-postais do Pará, zona de trânsito e comércio daquilo que se cria e extrai nos dentro dos rios e das matas amazônicas. Mas nem por isso o poema se limita a um arrolamento das ações, das dores, do não-senso, do apuro que se abate sobre os seres do *Ver-o-Peso*, eco do encanto e das existências reduzidas da Amazônia. Dizendo com mais acerto: há esse inventário circulando às claras à mancha do texto, cujo assunto são as velações e os vedamentos do porto *Ver-o-Peso*; está tudo lá, flagrante, as figurações das mazelas, as representações do expoliado e do expoliador. Para a recepção dessa informação, basta quase tão-só o assomo do olhar à folha de papel. Mas nem o poema, nem a história param por aí e há que ativar o discurso não grafado ou grafado muito mais no circuito do sugerido, na textura interna das frases, nos avessos em que acorrem os rumores intemporais, matéria do subdito. É o que se pode colher da ausência de pontuação, da utilização

falante do espaçamento, dos verbos – o ver – que flanam como que libertos ao controle da consciência, daí a soltura das palavras que deslizam pela pauta para assumir novos significados, as sanções, as censuras, o desconforto, quando são desfiadas outras camadas do poema, sendo que o acesso a estas é uma negociação à parte entre o encantador, o entalhador de palavras e o que por elas se deixa cativar. Vejamos o poema:

Ver-o-Peso

| | | |
|----------------------------|------------------|--------------------|
| A canoa traz o homem | | está com fome |
| a canoa traz o peixe | | vê o peixe |
| a canoa tem um nome | | vê o prato |
| no mercado deixa o peixe | | não tem peixe |
| no mercado encontra a fome | | tem fome |
| | | a fome pesa |
| a balança pesa o peixe | | o peso da fome |
| a balança pesa o homem | | peça por peça |
| a balança pesa a fome | | pese o peixe |
| a balança vende o homem | | deixe o peixe |
| | | veja o peso |
| | vende o peixe | peixe é vida |
| | vende a fome | peso é morte |
| | vende e come | homem é fome |
| a fome | | peso da morte |
| vem de longe | | peixe de morte |
| nas canoas | | a sorte do peixe |
| ver o peso | | é o peso |
| | | azar do homem |
| come o peixe | | |
| o peixe come | | pese o peixe |
| | – o homem? | pese o homem |
| | | o peixe é preso |
| o homem não come | | o homem está preso |
| come o homem | | presa da fome |
| compra o peixe | | |
| compra a fome | | ver o peixe |
| vende o nome | | ver o homem |
| vende o peso | | ver a morte |
| | – peso de ferro | vero peso. |
| | – homem de barro | |
| pese o peixe | | |
| pese o homem | | |
| é a fome | | |
| vem do barro | | |
| vem da febre | | |
| (a febre vê o homem) | | |



veja a lama
 veja o barro
 veja a pança

o homem
 come a lama
 lambe o barro

ver o verde
 ver o verme
 o verme é verde

está na lama
 está na alma
 é só escama
 a pele do homem⁹.

Na literatura mais aderida à Amazônia, a contemplação da beleza dos rios e da floresta é uma constância, podendo ser associada a uma sentimentalidade tristonha que deriva da supressão e da ausência, da percepção de fratura. Por apelo à brevidade destas notas, comento com rapidez dois escritores que se incluem no período realista-naturalista, momento em que se inicia uma literatura amazônico-paraense. Já o descritivismo próprio desse estilo intervém como estratégia de fixação da natureza que se insurge como paisagem e ambiência convulsas para compactuar com os choques que empurram os andamentos da história.

O paraense Inglês de Sousa, em seus romances e contos, recorre a esse recurso quando entrega à escrita a profusão de águas e as sendas íntimas da floresta, uma natureza amazônica inconciliada, porque situada num contínuo de

disputas pelo amor e pela posse da terra. A esta causa, enfrentam-se poderosos políticos, donos de latifúndios, perfeitos estrategas de vilanias e pequenos proprietários decaídos ou decadentes, driblando falências e exasperações amorosas. Apesar de ter saído da Amazônia menino ainda e de jamais ter retornado, sua prosa transmite o testemunho como se *in loco* ao ato de escrita, tamanho o teor de amazonidade de permeio, uma Amazônia em micro-escritura, viva nos seres, na linguagem, nos modos, tal se o escritor escrevesse face aos fatos e à natureza representados.

João Marques de Carvalho, adepto de um naturalismo ortodoxo, também lança mão da descrição da paisagem tensa no romance *Hortência*¹⁰, de 1888, o primeiro urbano do Pará. Seu livro valoriza-se mais pelo ensaio de sociologia e antropologia inscrito quando enfoca o tema do deslocamento territorial. Seus deserdados são empurrados do Marajó a Belém, cidade que não os contempla e que os arremete de volta às faltas originárias.

A prosa romanesca entra em rumo de consolidação na Amazônia com alguns escritores integrados à atmosfera de sublevação modernista do 1922 paulista. Dentre eles, Bruno de Meneses, introdutor no Pará das inovações radicadas na Semana; destaca-se porque, além de romper com os academicismos, elabora poesia ambientada numa Amazônia vista como acolhimento também da cultura negra. Escreve dois romances presos à temática da miséria quase absoluta. Um, *Candunga*¹¹, verte-se ao desvalido da seca nordestina, forçado à migração para a Amazônia. Os flagelados são movidos à ilusão de que a floresta é o úbere fecundíssimo e sereno, o solo acolhedor, ofertório do teto, do pão, da acalmia, o fim da errância. E vêem-se tangidos às zonas rurais do Pará e submetidos à violência da grilagem e do latifúndio. É marco, por ficcionalizar uma das questões mais graves, insolúveis e desalentadoras do Brasil, com ênfase angustiante na Amazônia, a luta pela terra e, em decorrência, a desagregação da família, o que arrasta as meninas à prostituição e à perda de identidade social. O outro livro, *Maria Dagmar*¹² volta-se também para a miséria citadina e para a queda gradativa provocada pela prostituição.

O clímax na prosa estética se dá primeiro com Dalcídio Jurandir, nascido no Marajó e que cresceu solto nos campos alagados, os sentidos aguçados à captação dos modos e dos porquês daquela vida atribulada. Lá, testemunhou ações humanas edificantes, a capacidade inacreditável de resistir à miséria total ou a de sobreviver com tão pouco, com o residual, o ocasional. Assistiu a muitos fatos não dignificantes, como aqueles sob o comando dos novos ricos de Belém, viajantes das europas, useiros e vezeiros em usurpações, de terras públicas e até de rios, onde impunes fincavam cercas e canos de armas, sufocando ainda mais as estreitezas da pobreza marajoara, cujas forças se esgotavam ao peso do trabalho quase nem pago das imensas fazendas soltando gado pelo ladrão. Cresceu entre livros. Seu pai, homem de algumas letras, alimentava obsessão por implantar o progresso no Marajó. Conseguiu amealhar alguns livros, para sorte do filho,

voraz leitor de um tudo. Eram poucos os recursos da família, gente grada, face à penúria das penúrias da portentosa ilha Marajó. Aos trancos e barrancos conseguiu dar o salto à Belém decadente do fim do fausto da borracha. Tudo que viveu parece que ante-escrevia na cabeça. Seus infernos no Marajó, seus amargos estágios na casas dos outros em Belém; de tudo se fez a seiva poética fixada nos quadros de mesquinhez e fome dos miseráveis, empobrecidos e remediados da ilha e da cidade. Chegou às primeiras escolas. Foi a elas com ímpeto, mas interrompeu seus estudos no início, por absoluta falta de recursos. Autodidata, maturou sua prosa com raro tino ao mesmo tempo rude e lírico. Passou mais de dez anos reescrevendo uma obra-prima, seu romance *Choves nos campos de Cachoeira*¹³. Dominou todos os registros da língua portuguesa. Diz-se que é impossível conhecer a fundo a Amazônia sem o mergulho na Amazônia construída em seus livros. Acreditem: a Amazônia paupérrima, a dos medos e danações, em contraste com uma outra, a dos excessos e ostentação dos ricos se evola em poesia para os seus romances. Não acumulou riqueza alguma, vaidade alguma acalentou na vida, apesar de seus romances premiados pela crítica nacional. Dedicou o refino de seu discurso à lavra de onze romances, dez deles compondo a saga do extremo norte. Jorge Amado afirma de Dalcídio Jurandir:

Trabalhando o barro do princípio do mundo do grande rio, a floresta e o povo das barrancas, dos povoados, das ilhas, da ilha de Marajó, ele o faz com a dignidade de um verdadeiro escritor, pleno de sutileza e de ternura na análise e no levantamento da humanidade paraense, amazônica, da criança e do adulto, da vida por vezes quase tímida ante o mundo extraordinário onde se afirma¹⁴.

Haroldo Maranhão é outro imprescindível. Autor de vasta obra em prosa, crônicas, contos, novelas e romances. Escrevia como um possesso, ele o afirmou. Sua máxima era *Nulla dies sine linea*. Nasceu e cresceu onde manava um turbilhão de discursos, sobretudo de crispações, raivas, ressentimentos, rancores. Os treze anos em que o avô, por desrazões políticas, permaneceu sitiado no prédio do jornal *Folha do Norte*, local também de moradia da família, devem ter atizado no neto a argúcia do escritor. Naquele ambiente, a ordem era manter-se aferrado a alertas e à devassa dos mínimos movimentos, sutis timbres de vozes e sinais de ataque e livramento. É possível radicar naquele confinamento a solidez de uma erudição votada a fins práticos e o fortalecimento, a agudeza de uma inteligência que vê por ângulos invisíveis e aprende a reprocessar, sob contextura outra, os dias entre impressos e mais impressos, diatribes, imprecações, vociferações, frases oblíquas, o murmúrio, o entredito, conformando-se essa matéria à tessitura fabular de sua ficção. Exigente com o discurso poético, só aos sessenta anos publicou seu primeiro trabalho, apesar de escrever desde adolescente. Acumulou grande saber sobre a vida, ele às voltas com as lides do avô. Intrigavam-no as máscaras humanas, as ditas e desditas das criaturas, as tramas dos poderosos. O tom de sua arte se define pelo riscado pérfuro-cortante que arranca chispas dos âmagos. Seu romance *O tetraneto Del-rei*¹⁵, sátira desmitificadora da lisura e

heroísmo dos ínclitos colonizadores do Brasil, documenta a quão alto se elevou a beleza de sua palavra, de fácil e translúcida recepção, não obstante moldar-se no falar português do século XVI, tempo de que deriva esse livro que acolhe todos os diapasões verbais, do *sermo sublimis* ao desbocado e chulo. Salpicou, em tudo que escreveu, apanhados de riso e choro. E, como se às gargalhadas, tomado por intensa irritação, contempla a Amazônia do não, deixando perceber seu apego e apreço à região, na medida em que desdobra a excelência de suas diabruras frasais, para pôr a nu os *reis* que agem nos recônditos da “selva selvagem”, a selva dantesca do pecado e do inferno, bem embutida e embuçada na selva amazônica a soldo dos grandes impérios sequiosos por divisas, mandos e benesses, à custa da devastação da floresta e do empobrecimento cada vez maior de sua população.

É lícito dizer que Haroldo Maranhão atua, no campo da palavra estética, em sentido correlato à do jornalista e pesquisador paraense Lúcio Flávio Pinto; ambos postam-se em incansável vigilância contra os malfeitos numa Amazônia comandada por uma política indiferente e omissa¹⁶. O romance *Os anões*¹⁷ é, dentre os seus livros, o que mais representa a Hiléia sujeita a estratégias e à ação imperialista sob a complacência das lassas diretrizes do governo brasileiro.

Tanto como em Dalcídio Jurandir e Haroldo Maranhão, a ausculta nos sombrios da Amazônia associa-se aos temas gerais da arte com os amazonenses Milton Hatoun e Márcio de Sousa e paraenses como Encida de Moraes, Lindanor Celina, Benedicto Monteiro, Vicente Cecim, Maria Lúcia Medeiros. Estes são alguns, dentre os que acometem o discurso e vão ao imo do tempo, um tempo sem datação, em busca de compreender o desterro e a ascensão do ser. E, assim, ferindo as pedras e as gemas da existência, elegem os motivos, a carnação de suas personagens, as danações, as flores, a fala, o rumor das falas que vogam nas idades. E subjugam, dobram, amaciam a palavra, acometem-na, cuidam em que se reconverte na estesia do verbo sem asperezas, vigiam a que a palavra repouse com bons modos na página para a alegria e o proveito do leitor. É patente, no acervo que ofertam, o trabalho de reinvenção que recua à anterioridade e que avança à procura de um futuro menos desabonador. Seu discurso refinado inscreve essa esperança. Por isso a escrita se engendra como espetáculo, a fim de angariar a recepção, a adesão a um ato de beleza à procura de salvamento.

É o caso de Milton Hatoun, que imprime sobre a Manaus de sua ficção um tom que amplifica sua voz, a qual, a uma só vez, articula modulações sobre a Amazônia que aflige e segue com seu texto, dentro de que se desdobram vozes múltiplas ou paralelas ou ainda em sobreposição, para perscrutar e inquirir a vida, as voltas constitutivas do humano como ser dos arroubos, das quedas infernais, das camuflagens, da inocência, da decepção, da incompreensão, da agonia. É esse o tratamento dado ao personagem que advém do que se poderia nomear *sobra*, *sobra* do índio, o deculturado, destribalizado, reduzido ao pejorativo tapuío. Mas o romance confere integridade humana intemporal a esse quase índio. Refiro-me a Domingas, é um exemplo, do romance *Dois irmãos*¹⁸, a tapuíia que entra

na história como paradigma do povo dizimado, detentora do saber esfacelado. Domingas não vibra, entretanto, só na esfera do referencial histórico, como agente do enredo, pois atua na esfera do discurso como instrumento de ativação do fluxo da narrativa:

Aqui em baixo, na calçada suja, o corpo de Domingas debruçava-se sobre o tabuleiro, as mãos apalpavam os olhos de um peixe. Ela resmungava: “Esse matrinxã já foi fresco, agora serve para o gato de rua”. Adamor se irritava com as figadas de Domingas. Ele queria esvaziar o tabuleiro na nossa rua, mas minha mãe era exigente, ranzinza, não comprava peixe liso: “São reimosos, não prestam, dão doença de pele”. Os dois discutiam, chamavam a patroa, Domingas tinha razão. Na escolha dos peixes minha mãe triunfava, era vitoriosa, se orgulhava disso¹⁹.

Só uma vez, ao anoitecer, começou a cantarolar uma das canções que escutara na infância, lá no rio Jurubaxi, antes de morar no orfanato de Manaus. Eu pensava que ela havia travado a boca, mas não: soltou a língua e cantou, em nheengatu os breves refrões de uma melodia monótona²⁰.

Maria Lúcia Medeiros também dispõe da sutileza, para reinstaurar os seres e os modos de uma Amazônia derruída. A escritora também os amplia à condição do humano, submetido ao medo, ao desassossego, em trânsito para o incerto sob o peso da solidão. No conto *Velas. Por quem?*²¹ traz à pauta a agregada, a serva, a menina deslocada, *dada* aos bem situados das cidades, a representante do sem nenhum direito, desprovida de qualquer identidade social, um resto apenas, que sobrou da avassalagem dos antigos descimentos, hoje ainda um pesadelo em processo, não só lance da memória que dói:

Nem tinhas cor definida nem peitos tinhas, só os carocinhos que doíam e que a cozinheira te ensinou a apertar dois caroços de milho e dar pro galo para que não crescessem tanto. Mas cresceram e logo o doutor e logo o menino, horário estranho, pesada hora, apertavam também, bolinavam, teu corpo ereto, tua cabeça baixa, coração aos pulos [...]²²

Quanto à poesia, transcrevo, sem comentário, trechos de *Noturno para a menina do interior*, do livro *Estações da várzea*, de Élson Farias²³.

À luz da lâmpada elétrica
Quando a mesa está posta
[...]
a criança come.
É uma das poucas
que se salvaram
de morrer de fome.
Com que graça
com que infantil volúpia
ela come.
[...]
É a doméstica a criança,

veio do sítio para ajudar
nos trabalhos de casa.
É ágil e não pára,
porém quando come
ela se concentra.

Certa vaga tristeza
parece ferir-lhe
nos cabelos lisos
[...]²⁴

A poesia apresenta-se com o mesmo enquadramento da prosa. Cito, para amostragem, poetas dos estados do Amazonas e do Pará, sem ordenação no tempo ou, para ser mais precisa, sem ordenação alguma. Paulo Plínio de Abreu, Bruno de Meneses, Adalcinda Camarão, Ruy Barata, Jurandir Bezerra, Thiago de Mello, Mário Faustino, Max Martins, João de Jesus Paes Loureiro, José Maria de Vilar Ferreira, Vicente Cecim, Age de Carvalho.

Ante floresta e rio, o júbilo (*O vento pousava/ perfume e clemência/ seu colo caía/ coalhado de escamas/ no rio*²⁵) e a perdição. É que diante das imagens da floresta e do rio, desenham-se os contornos do espaço em descenso e o verso como que se doa à vazão de afeto e à ativação de memórias que subjazem em fragmentos. O escritor se delega o trabalho de escavar esse tempo quase irrecuperável, qual seja, a Amazônia, os seres, os modos, os mitos que se reescrevem, as formas, as coisas, os murmúrios, as falas, pedaços de frases em nheengatu, em nheengaíba, os feitos dos primórdios, o que o constituiu, o que percorre as eras. E a escrita tenta a poesia que captura e reinscreve a perda, as ordenações políticas nefastas, o deslocamento, a migração, o chão que se afunda. E a poesia se tece como procura de valimento, como ação emergencial, como jogo defensivo que politiza o poema edificado para consagrar o estético e evidenciar antagonismo, recusa e alarme. Estes são poemas que revisitam essas temáticas:

Travessia IV

A cabo da esperança
Fomos ao Equador
e na aqua-dor banhar
Janaína, Rainha e Mãe
e Noiva
amarear

Dali parti para Babilônias,
a seus chamados Ecos; Eros irradiava
postais de Circe pornográficos.
E veio Amor, este Amazonas

fibras febres
e mênstruo verde
este rio enorme, paul de cobras
onde afinal boiei e enverdeci
amei

e apodreci²⁶

Enchente amazônica II ou deslenda fluvial IV

Quem comanda o rio?

O mito?

A lei?

A lenda?

Onde se perde o mapa,
o portulano?

Em que meridiano, norte ou sul,
ou em que pólo?

Amazônia

Amazônia

Quem te ama?

Quantas vezes, no tempo, o rio encheu-se,

E, quantas outras, vazou?

O rio não tem consciência

de si mesmo

e sua existência e ser corrente²⁷

[.....]

Cântico XLIII

Tabaco migado

à palma,

o homem intenta o fumo.

A linha d'água tarja

o casco avança

O homem se compunge,
se confrange.

O homem ante o rio

a mata

o mito...

Antecipa-se a casa no cansaço:

arquitetura de palha

paxiúba

A casa, a choça casa, a lenda casa,

onde Penélope aguarda entre ciladas

de endêmicas paludes verminosas.

O qual – posto na linha do conflito –

Há de sobreviver: o Homem ou o Mito?²⁸

A Terra não é redonda

O mundo revelado amplo,
junção de paralelas, plano
infinito do homem: o índio integral,
a utopia da terra, “Quarto Mundo”,

De Gismonti

II

O mundo tornado curto,
quadrado percorrido, turva
infância de Galileu: as arestas do vento,
o discurso dos rios, a Amazônia,

Cabeleira do mundo²⁹

Poema complementar sobre o rio

O rio consagrado: a vazante
lembrança que escoo em maré
baixa e retorna – água escura
– na preamar

O rio sangrado: invólucro de céu
e margem, e duas visagens
dos caboclos amantes. O rio

passado: cismando na crisma, paresque,
dumas lembranças que trabalham a solidão:
o paralelo das margens, uma igara partida,
as águas sujas que sempre voltam³⁰.

Breve elegia

És a metamorfose e o retorno ao canto.
Contigo irei anjo verde dos caminhos
E molharemos os pés na água fria do asfalto.
Caminharemos à luz das tuas estrelas
Como se perdidos estivéssemos.
Lavaremos no fim da viagem o rosto e olharemos a lua
e de repente sentiremos nascer em nós a estranha terra que sonhamos.
Não encontraremos mais na pele escura as tatuagens
Que marcavam o caminho da volta e a rota perdida.
Olharemos em vão os olhos dos que fogem
e para ver os monstros dos eternos circos que chegarem
carregaremos nas costas os nossos filhos³¹.

Aquém da
fábula urbana
a lamparina alumiu os séculos
– para que emigrássemos.
Nervos Carnura e Forma
De que limbo sobrevivemos?³³

Invernal

Túrbida massa este
inverno nos encharca,

(o córrego – fino leito deslebrado –
submerge às margens de tijuco
que limitam)

Em descuidadas parcerias seremos
búfalos e bois em nossos campos
desterrados.

Arari
indiferente a nós
frutifica seus peixes³⁴.

Travessia I

“Existe é homem humano. Travessia” (1926 – 1966)
João Guimarães Rosa

Nasci no mar, dans le bateau
ivre, drapeau d’ Arthur, de la nuit;
batel fazendo o mapa e o mapa
estas suas águas mágoas,
vagas lembranças, lenços e quebrantos.
– Eu era o mar ovante sobre os ombros,
ardendo nas virilhas.
Ou o mar aberto, pulcro de silêncios,
enxame de vidrilhos.
Um bem cevado mar, galhardo moço,
às vezes calmo e desportivo.

Canto esta viagem donde trouxe
astros e asas pelos mastros
(e aos seus lamentos eis-me chegado
– piapitum³⁵ no rio defunto
– impaludado)³⁶

Esses são alguns marcadores de uma literatura amazônica, seja escrita no Peru, na Colômbia, na Venezuela, no Pará, no Amazonas, seja em qualquer Amazônia. Essas, suas grandes linhas temáticas, seus motivos, seu engendramento formal, sob a elaboração não só de amazônidas (dos que *furam* as malhas do isolamento e transitam pelos dentro e pelos aléns da Amazônia), mas também de amazônidas por adoção, aqueles que foram *mundiados*³⁷ por ela, como o português Ferreira de Castro, Euclides da Cunha, Raul Bopp, Mário de Andrade, Mário Faustino, alguns dos que escreveram páginas de beleza e verdade sobre a Amazônia.

Desde a Colônia, esses temas são constantes. As formas mudam, muda a forma de dizer, mas o homem e sua expressão essencial, as questões específicas e existenciais se emparelham e seguem e irrigam sua palavra. Os poemas transcritos constituem-se como um painel falante em si, se comentários não puderam ser escritos. Os poemas se falam, demarcam suas posturas. São a prova de que nos plainos distantes da Amazônia, na conhecida e por conhecer, atravessa a palavra que se conclama à fruição e ao salvamento.

Notas

- 1 Agência O Globo, de Manaus, reproduzido por jornal de Belém do Pará. Grifos meus.
- 2 *Idem*. Grifos meus.
- 3 *Apud* J. Lúcio de Azevedo, *Os jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos*, Belém, Secult, 1999, p. 129.
- 4 João Felipe Bettendorff, *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, Belém, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 233.
- 5 *Idem*, p. 337.
- 6 Frei Gaspar de Carvajal, “A Relação...”, em Nelson Papavero *et al.* *O novo Éden*, 2^a ed. revista e ampliada, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002, p. 34.
- 7 Mário Andrade, “Regionalismo”, *Diário Nacional*, São Paulo, 14 fev. 1928.
- 8 E. Pound, *ABC da literatura*, São Paulo, Cultrix, 1970, p. 23.
- 9 Max Martins, *Não para consolar*, Belém, Cejup, 1992, pp. 279-281.
- 10 Marques de Carvalho, *Hortêncina*, Belém, Secut, 1989.
- 11 Bruno de Menezes, “Candunga: cenas das migrações nordestinas na zona bragantina”, em Bruno de Menezes, *Obras completas de Bruno de Menezes*, Belém, Secut, 1993.
- 12 Bruno de Menezes, “Maria Dagmar”, em Bruno de Menezes, *op. cit.*
- 13 Dalcídio Jurandir, *Edição crítica de Chove nos campos de Cachoeira*. Org. por Rosa Assis, Belém, Universidade da Amazônia, 1998.

- 14 Jorge Amado, “Saudação de Jorge Amado”, em Dalcídio Jurandir, *Chove nos campos de Cachoeira*, Belém, Cejup/ Secult, 1997.
- 15 Haroldo Maranhão, *O tetraneto del-rei. Suas idas e venidas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- 16 Lúcio Flávio Pinto, *Amazônia: o anteato da destruição*, 2ª ed., Belém, Grafisa, 1977; *Internacionalização da Amazônia – sete reflexões e alguns apontamentos inconvenientes*, Belém, Edição Jornal Pessoal, 2002; e *Hidrelétricas na Amazônia – Predestinação, fatalidade ou engodo?*, Belém, Edição Jornal Pessoal, 2002.
- 17 Haroldo Maranhão, *Os anões*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- 18 Milton Hatoun, *Dois irmãos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- 19 *Idem*, p. 165.
- 20 *Idem*, p. 240.
- 21 Maria Lúcia Medeiros, *Velas por quem?*, Belém, Cejup, 1997.
- 22 *Idem*, p. 12.
- 23 Élson Farias, *Estações da várzea*, Manaus, Sérgio Cardoso & Cia. Ltda., 1963.
- 24 *Idem*, p. 65.
- 25 *Idem*, p. 42.
- 26 Max Martins, *Não para consolar: poemas reunidos – 1952-1992*, Belém, Cejup, 1992, p. 260.
- 27 João de Jesus Paes Loureiro, *Obras reunidas. Poesia*, São Paulo, Escrituras, 2001, vol. 1, p. 161.
- 28 *Idem*, p. 103.
- 29 Age Carvalho, *Ror*, São Paulo, Claro Enigma, 1990, p. 174.
- 30 *Idem*, p. 175.
- 31 Paulo Plínio Abreu, *Poesia*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1978, p. 38.
- 32 Ruy Barata, em Alfredo Oliveira, *Rui Guilherme Paranatinga Barata*, 2ª ed., Cejup, 1990, p. 92.
- 33 José Maria de Vilar Ferreira, *Frutos de leite*, Belém, Cejup, 1996, p. 27.
- 34 *Idem*, p. 29.
- 35 Piapitum: de pia (jovem) + pitum (noite) da língua tupi.
- 36 Max Martins, *op. cit.*, p. 257.
- 37 *Mundiado*: no repertório amazônico, atração, entorpecimento, encantamento, subjugação pelo olhar, exercido por um animal, um ser, sobre outro. Diz-se mundiado, quando a cobra entorpece a presa; quando se cai atraído. Ver Rosa Assis e Ana Cerqueira, *Evém chuva.... um glossário de Dalcídio Jurandir*, Belém, Amazônia, 2004, p. 67.

RESUMO – DESDE A primeira travessia pelo rio Amazonas em 1541-1542, o colonizador europeu escreve sobre o modo como se determina senhor das águas e das matas, de como desvenda o Novo Mundo, vê com espanto a beleza circundante e dá início ao extermínio dos povos e da cultura indígena. Mais de três séculos depois, afirma-se a literatura da Amazônia dita “civilizada” e inscrevem-se os padrões de um texto que exalta a natureza, interroga a vida, as questões essenciais do ser e, politizado, afirma-se como *aestesia* e salvamento.

ABSTRACT – SINCE THE FIRST voyage along the Amazonas river in 1541-1542, the European colonizer writes about the way he lords the waters and the forest over. Disclosing the New World, he praises with astonishment its beauty, but nonsensically starts the extermination of the Indian people and culture. More than three centuries later, the “civilized” Amazonian literature comes out and the patterns of a text that exalts the splendor of Nature, and questions life and the essential queries of the human being are also inscribed. While socially and politically committed, this text is aesthetically constructed and acts as an alert and salvation.

Palavras-chave: Amazônia, Literatura, História Cultural.

Keywords: Amazon, Literature, Cultural History.

Amarilis Tupiassú é doutora em Letras pela UFRJ e professora da Universidade da Amazônia (Unama), Belém (PA).

Texto solicitado à autora. Recebido e aceito para publicação em 10 de fevereiro de 2005.